



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA OBRAS DE ENGENHARIA, NOVAS SALAS DO DIE/ENGENHARIA E SALÃO DE EVENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 2026**, localizada na Av. Vereador Abraão João Francisco, nº 3.855 – Bairro Ressacada - Itajaí - SC.

### **INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado conforme com o art. 18, § 1º da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, contemplando todos os elementos aplicáveis a natureza da contratação semi-integrada de serviços, por licitação, dada a complexidade na execução dos serviços, levando-se em consideração que para esta contratação se faz necessário a existência de projeto básico anexo a este processo pela administração para prosseguimento do processo da licitação.

### **1 – JUSTIFICATIVA DO REGIME DE CONTRATAÇÃO**

Nos termos do art. 46 da Lei nº14.133/2021, a contratação semi-integrada é admitida quando houver:

- Projeto básico suficiente para definição da solução;
- Incertezas técnicas relevantes;
- Necessidade de compatibilização entre sistemas;
- Possibilidade de otimização técnica pelo contratado.

❖ A obra envolve:

- Interferência estrutural em prédio existente;
- Integração de sistemas elétricos, hidrossanitários e de acessibilidade;
- Adequação às condições reais da edificação durante a execução;
- Execução com edificação em funcionamento.

❖ O regime semi-integrado permite:

- Desenvolvimento do projeto executivo ajustado às condições reais;
- Redução de risco de retrabalho e de aditivos contratuais;
- Melhor desempenho técnico mais eficiente final;
- Otimize métodos construtivos, prazos e desempenho da edificação.

Conclui-se pela adequação do regime semi- integrado.

## 2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A ampliação da edificação administrativa decorre da expansão das atividades técnicas do Departamento de Engenharia e Infra-Estrutura e da necessidade de criação de espaço adequado para reuniões e eventos institucionais.

A estrutura existente encontra-se com limitação física para absorver novas equipes técnicas, impactando diretamente na eficiência administrativa.

A intervenção ocorrerá em edificação em uso, exigindo então planejamento técnico específico para compatibilização estrutural e de demais instalações prediais que também necessitem de dimensionamento em compatibilização a edificação existente.

## 3 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A área estimada de construção é de 394,15 m<sup>2</sup>, contemplando áreas cobertas e não cobertas.

## 4 – LEVANTAMENTO DE MERCADO(Art. 18,§ 1º,V)

O levantamento de mercado indicou:

- Existência de empresas regionais aptas à execução de obras de ampliação administrativa e são comumente executadas por empresas de engenharia de médio porte;
- Há número suficiente de empresas aptas na região Sul;
- Mercado competitivo no Estado de Santa Catarina;
- Adoção do regime semi-integrado em casos de ampliação com interferência estrutural relevante;
- Conclui-se pela viabilidade da contratação semi-integrada.

## 5 – ANÁLISE DE ALTERNATIVAS – VANTAJOSIDADES

### ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE REGIMES:

<u>Critério</u>	<u>Empreitada p/ Preço Global</u>	<u>Semi-Integrada</u>
Definição prévia total	Alta	Parcial
Risco de incompatibilidade	Alto	Reduzido
Flexibilidade técnica	Baixa	Alta
Probabilidade de aditivos	Maior	Menor
Adequação a obra em uso	Limitada	Elevada

**Foram analisadas as seguintes alternativas:**

### Alternativa 1 – Empreitada por Preço Global

- Vantagem: Maior definição prévia.
- Risco: Incompatibilidades entre projeto e execução em edificação existente.

### **Alternativa 2 – Contratação Semi-Integrada**

- Vantagem: Maior integração entre projeto executivo e execução, mitigação de riscos técnicos ocultos.
- Vantagem: Reduz o risco de paralisações decorrentes de incompatibilidades de projeto;
- Vantagem: Permite soluções técnicas mais adequadas às condições reais da Edificação;
- Vantagem: Diminui a probabilidade de aditivos contratuais;
- Vantagem: Melhora o desempenho global da obra.

Diante da intervenção em estrutura existente, da necessidade de compatibilização entre sistemas construtivos e da possibilidade de otimização técnica pelo contratado, identificou-se a presença de incertezas técnicas relevantes, recomendando-se o regime semi-integrado.

### **6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa preliminar é que seja necessário o investimento de cerca de R\$ 884.450,36 (oitocentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos). A justificativa pela estimativa de preços se dá pela metodologia de referências de preço utilizadas como SINAPI, SBC, SICRO, etc. Todas encontradas na planilha orçamentária anexa ao processo.

A mesma estimativa foi elaborada com base em referenciais oficiais aplicáveis ao Estado de Santa Catarina de valores não desonerados com data-base dos índices: **SINAPI - 09/2025 - Santa Catarina / SBC - 10/2025 - Santa Catarina / SICRO3 - 07/2025 - Santa Catarina**. Observado o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

### **7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

No presente caso, a contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, pois o objeto é uno, devendo ser realizado em um único item/serviço. Do contrário, a contratação seria fracionada com mais de uma contratada, podendo resultar em incompatibilidade de execução do cronograma da obra, causando retardamento de sua conclusão, não sendo tecnicamente, administrativamente e economicamente, recomendado o parcelamento de nenhum dos serviços a serem contratados.

As duas etapas distintas que poderiam ser divididas para contratação, seriam a de elaboração dos projetos e a de execução da obra, no entanto, muito embora sejam fases distintas, a divisão não é recomendada pela interdependência técnica dessas duas etapas.

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia para a construção das salas, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isso, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que os serviços são inter-relacionados e o objeto terá melhor gestão e execução sem nenhum parcelamento dos serviços.

Ainda neste condão, e para reforçar a justificativa do não parcelamento, será permitida a participação de empresas em consórcio, onde é designada uma empresa líder para realização das tratativas, não havendo argumentos para eventuais tentativas de fuga de responsabilidades.

**A contratação não será parcelada em razão de:**

- Interdependência técnica entre projeto executivo e execução;
- Necessidade de responsabilidade técnica integrada;
- Risco de incompatibilidades entre múltiplos contratos;
- Impacto negativo no cronograma.

O parcelamento comprometeria a eficiência e a responsabilidade sistêmica da obra.

**8 – ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação apresenta riscos inerentes à execução em edificação existente, destacando-se:

- Estrutural geral – Risco médio
- Interferências estruturais ocultas – Risco Alto
- Incompatibilidade dos projetos/sistemas – Risco Alto
- Execução com prédio em funcionamento – Risco Médio
- Atraso em aprovações legais – Risco Médio
- Condições Climáticas – Risco Baixo

A mitigação ocorre por meio de integração entre projeto executivo e execução.

## 9 – MATRIZ PRELIMINAR DE RISCOS

RISCO	RESPONSABILIDADE
Projeto executivo	Contratada
Compatibilização técnica	Contratada
Aprovações legais(diretrizes)	Contratada
Aprovação e tramitação	Contratada
Interferências ocultas	Compartilhado
Condições climáticas	Contratada
Execução com prédio em uso	Compartilhado
Atraso em aprovações	Contratada
Erros de projeto executivo	Contratada
Orçamento	Administração

## 10 – IMPACTO AMBIENTAL

A obra possui baixo impacto ambiental, localizada em área urbana consolidada, não demandando licenciamento ambiental complexo, observadas as normas municipais vigentes.

## 11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

- Verificação da regularidade do imóvel;
- Consulta urbanística prévia;
- Diretrizes do Corpo de Bombeiros;
- Disponibilização de projeto básico e documentos técnicos.

## 12 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A ampliação de edificação em edifício administrativo existente envolve incertezas técnicas relacionadas à compatibilização estrutural e de instalações, bem como a necessidade de atendimento a normas atualizadas de desempenho, acessibilidade e segurança. Portanto a contratação mostra-se:

- Técnica e economicamente viável;
- Juridicamente adequada;
- Alinhada às diretrizes do IBRAOP;
- Compatível com o entendimento do Tribunal de Contas da União;
- Com probabilidade de alcance dos resultados elevada.

Nessa condição, o regime de contratação semi-integrado mostra-se mais adequado que a empreitada por preço global, pois permite ao contratado desenvolver o projeto executivo a partir do projeto básico, ajustando a solução

técnica às condições reais encontradas e incorporando inovações que resultem em melhoria de desempenho, redução de prazos e mitigação de riscos de aditivos contratuais, em consonância com o art. 46, §5º, da Lei nº 14.133/2021. Alguns outros itens técnicos que também justificam a contratação semi-integrada:

- Intervenção em edificação existente;
- Riscos técnicos ocultos;
- Necessidade de compatibilização;
- Potencial real de inovação;
- Para ampliações de edifícios administrativos, o **semi-integrado tende a ser mais seguro e eficiente** do que a empreitada por preço global.

A constatação que foi realizada “in loco” também evidencia que a contratação para a ampliação de novas salas do Die/engenharia e salão de eventos na secretaria municipal de educação é imprescindível e deve ocorrer com a maior brevidade possível. Trata-se de uma obra necessária ao município de Itajaí que possui grande necessidade ampliação da expansão de postos de trabalho técnicos para melhoria na celeridade e qualidade do atendimento o que determina tal objetivo.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade e adequação da contratação no regime semi-integrado, por meio da modalidade de Concorrência Eletrônica, conforme a Lei nº 14.133/2021.

### 13 Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO
<hr/> João Carlos Bittencourt Matrícula: 2692101	<hr/> Engº Antônio Valter Miranda Matrícula: 1770104

### 14 Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Trata-se de projeto especial de engenharia, com projeto básico desenvolvido pelo município, e em cuja contratação é semi-integrada. A contratada ficará responsável pela elaboração de todos projetos executivos, dimensionamento dos projetos complementares (estrutural, elétrico, etc), ficando também responsável pela aprovação do projeto junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Município de Itajaí, bem como aprovação do projeto preventivo contra incêndio no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa



Catarina. Fica ainda de responsabilidade da contratada a execução total da obra e a obtenção do habite-se, junto ao Corpo de Bombeiros e junto ao Município de Itajaí.

A complexidade técnica da contratação, aliada à necessidade de compatibilização entre projeto e execução, justifica a adoção do regime escolhido, independentemente da capacidade operacional interna da Administração da Sec. de Educação, de modo que para suprir tal necessidade, somada as demais justificativas deste Estudo Técnico Preliminar, tornase imprescindível a contratação de empresa de engenharia, no regime semi-integrada.

Dessa forma, após vistorias de campo e o planejamento consignado neste estudo técnico, a contratação semi-integrada por meio da modalidade Concorrência Eletrônica se mostra a opção mais vantajosa para a Administração Pública.

A contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, 04 de março de 2026.

---

Michéle Rigueira da Silva  
Secretária Municipal de Educação